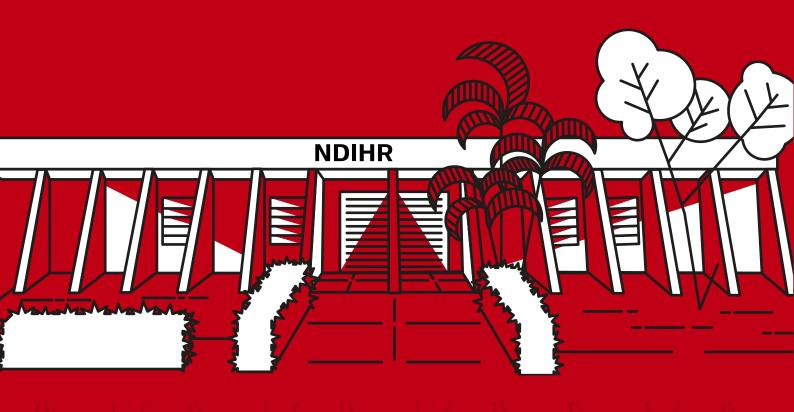


REVISTA ELETRÔNICA

DOCUMENTO MONUMENTO

ISSN 2176-5804 2009 - 2025 Vol. 38 N. 1 - Julho/2025







NDIHR

O COLAPSO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA: A FALSA OPOSIÇÃO ENTRE QUANTIDADE E QUALIDADE



Francisca de Figueiredo Arruda Martins Neta Pedagoga, especialista em alfabetização e letramento professora da rede pública municipal de Cuiabá-MT aguapecba@hotmail.com

RESUMO

O artigo aborda o colapso da educação pública no Brasil, destacando o paradoxo entre a expansão quantitativa do acesso e a crise na qualidade social. Analisa-se como políticas históricas, desde a ditadura militar até reformas recentes, priorizando a formação para o mercado em detrimento de uma educação emancipatória. Dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) e IBGE ((Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística) mostram avanços no acesso (98,1% no ensino fundamental em 2022), mas revelam graves deficiências qualitativas, como o baixo desempenho em matemática (apenas 9% no ensino médio). O artigo indica como a mercantilização da educação, a Reforma do Ensino Médio de 2017 e os impactos da pandemia agravaram as desigualdades. Defendese a educação como direito social, com ênfase em gestão democrática, FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) permanente e lutas por uma "qualidade social" baseada em valores como cidadania e justiça.

Palavras-chave: Educação Pública. Qualidade Social. Reforma do Ensino Médio.

ABSTRACT

This article examines the collapse of public education in Brazil, highlighting the paradox between quantitative expansion of access and the crisis in social quality. It analyzes how historical policies, from the military dictatorship to recent reforms, have prioritized market-oriented education over emancipatory learning. Data from INEP and IBGE show progress in access (98.1% enrollment in elementary education by 2022) but reveal severe qualitative shortcomings, such as low performance in mathematics (only 9% proficiency in high school). The article discusses how the commodification of education, the 2017 High School Reform, and the impacts of the pandemic have exacerbated inequalities. It advocates for education as a social right, emphasizing democratic governance, permanent FUNDEB (Brazil's Fund for Basic Education), and struggles for "social quality" based on values such as citizenship and justice.

Keywords: Public Education. Social Quality. High School Reform.

Mas o que acontece com o potencial intelectual da sociedade, posto de lado e não mais resgatável? Se a educação para a grande massa é desmantelada de maneira tão crassa, desaparece também sua função anterior de disciplinamento. Desse modo, porém, é desencadeado não apenas um "analfabetismo secundário", mas talvez também uma "inteligência subversiva" que não siga mais os princípios do totalitarismo econômico. Pode ser que a administração capitalista da crise educacional ponha a caminho, sem querer, uma nova contracultura intelectual. (Robert Kurz, 2004).

A educação pública brasileira vive um paradoxo histórico: enquanto avança na expansão quantitativa do acesso, enfrenta uma crise profunda em sua qualidade social. Esse dilema não é

recente; está enraizado em políticas educacionais que, ao longo das décadas, priorizaram a formação para o mercado em detrimento de uma educação emancipatória e crítica. Desde as reformas da ditadura militar, que impuseram um modelo tecnicista e excludente, até os desafios contemporâneos de universalização do ensino médio e superior, o sistema educacional brasileiro reflete as contradições de um projeto de modernização conservadora — que ampliou vagas sem garantir equidade.

No V Congresso Nacional de Educação (CONED), em maio de 2004, um dos principais eixos de discussão do evento tinha como pauta a seguinte questão: "Como o direito à educação — em todos os níveis e modalidades de ensino — se articula com os outros direitos sociais, com vistas à ampliação da cidadania? (formas de atendimento, acesso e permanência, as questões relativas a gênero, etnia, cotas específicas, alternativas de ações afirmativas etc.)".

Sem desconsiderar o conjunto de outras questões apresentadas neste V CONED (Congresso Nacional de Educação) e nos anteriores (1996 e 1997, em Belo Horizonte-MG; 1999, em Porto Alegre-RS; 2002, em São Paulo-SP), os movimentos sociais e associações civis que participam destes eventos revelam a amplitude da dimensão político-ideológico, vigente no processo de globalização sociocultural e educacional. No curso das transformações paradigmáticas, o conceito e o significado da educação transformam-se na mesma proporção em que surgem novas e velhas demandas.

Dados e informações mais recentes (2020-2023) do INEP, IBGE e PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) informam que a educação pública brasileira é ainda marcada pela tensão histórica entre expansão quantitativa e qualidade social. Não obstante a quase universalização do ensino fundamental (98,1% em 2022) e a expansão do ensino médio (7,8% ao ano), persistem desigualdades agravadas pela Reforma do Ensino Médio (2017), que retomou aspectos tecnicistas da ditadura militar. Neste artigo, questionamos o complexo processo da mercantilização da educação em curso e os desdobramentos de políticas neoliberais recentes, contrastando com a defesa da educação como direito social.

A análise dos impactos da pandemia na educação brasileira, que elevou a evasão escolar para 5,1% em 2022 (INEP, 2022), revela um aprofundamento das desigualdades estruturais já existentes. Segundo Frigotto (2021, p. 34) as crises capitalistas não produzem, mas desvelam e radicalizam as contradições sociais. Nesse contexto, a defesa da "qualidade social", enquanto conceito cunhado por movimentos educacionais na década de 1990 (CONED, 1997), ressurge como paradigma alternativo ao reducionismo mercantil, articulando valores como cidadania e justiça com as condições materiais da escolarização.

Nessa direção, a implementação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) permanente, e da Emenda Constitucional 108/2020, embora represente avanço, exige superar o subfinanciamento crônico que limita seu potencial. Como demonstram Adrião e

Pinheiro (2022, p. 17) em estudo sobre financiamento educacional pós-pandemia, a manutenção dos atuais 5,8% do PIB (Produto Interno Bruto), para educação, inviabiliza a reparação das perdas de aprendizagem e a garantia de padrões mínimos de qualidade.

A ESCOLA ENQUANTO CONQUISTA SOCIAL

As elites brasileiras sempre trataram a educação como instrumento de manutenção de privilégios, permitindo o acesso ao conhecimento crítico apenas às classes dominantes. Somente com pressão popular de movimentos e forças sociais potencializadas pela Constituição de 1988, a pauta política dos direitos educacionais ganhou amplitude e desencadeou uma expansão forçada do acesso.

Todavia, a ascensão nas escalas escolares das populações indica uma possível superação histórica do problema da universalização do acesso escolar nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. Apesar das deficiências estruturais e problemas vários, a rede pública de ensino no Brasil encontra-se distribuída proporcionalmente em todo o território nacional. Assim, num raro momento de nossa história, abrem-se os caminhos para garantir o direito de todos à educação básica. Somente em 2002, o país alcançou a proporção de 96,1% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos no ensino fundamental, e, em 2022, alcançamos a universalização do ensino fundamental em 98,1%. Tal conquista não foi uma concessão das elites, mas resultado de décadas de mobilização democrática, ou seja, de forças políticas e sociais em movimento.

Apesar do expressivo crescimento nos números de ingresso na escola, a questão da qualidade de ensino não acompanha esse processo. Indicadores oficiais do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Texeira, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística), PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) e outros demonstram uma constante tendência de baixo desempenho dos estudantes brasileiros nas disciplinas básicas de formação educacional. Certamente, este é um dos maiores dilemas do nosso momento histórico-social: como estabelecer de maneira completa, consistente, uma educação de qualidade nos estabelecimentos oficiais de ensino? Nisso deve ser considerado que em todas as etapas educacionais (ensino fundamental, médio e superior), os problemas agravam-se cada vez mais.

No ensino médio, o dilema da qualidade e quantidade toma mais consistência, sobretudo com uma maior inserção dos estudantes na arena de luta e reivindicação de políticas públicas para o setor da educação em todos os níveis, especialmente na educação superior pública, que possui demanda reprimida que cresce ano a ano. Os novos problemas reclamam solução de mobilização, debate e enfrentamento. Esses problemas decorrem, de um lado, da concepção de educação enquanto mercadoria - e, de outro lado, das políticas de financiamento e gestão adotadas pelos governantes ao longo de décadas. O agravamento da situação revela um entendimento, por parte do Estado, da educação como mercadoria e serviço, em vez de direito social.

Nesse cenário, podemos destacar que a escola no Brasil foi e é uma conquista social, mas incompleta e em disputa e, portanto, a universalização do acesso, também, foi e é passo importante no avanço sociopolítico. Ocorre que, agora, o desafio é transformar a escola em um instrumento de emancipação, não de reprodução das desigualdades.

A PROGRESSIVA UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

A universalização do Ensino Médio no Brasil representa um dos maiores desafios educacionais do século XXI. Embora o acesso tenha se expandido significativamente nas últimas décadas (atingindo cerca de 89,1% da população de 15 a 17 anos em 2023, segundo o INEP, a universalização efetiva ainda esbarra em obstáculos estruturais, políticos e pedagógicos.

A Constituição Brasileira de 1988 estabeleceu o Ensino Médio gratuito, embora não obrigatório, que vem sendo progressivamente universalizado aos egressos do ensino fundamental. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB (Lei 9.394, de 10/12/1996), o ensino médio assume um novo significado ao ser incluído na educação básica, como etapa final. Reafirma-se, assim, o mandato constitucional quanto ao caráter de base do ensino médio no conjunto do sistema educacional, fazendo, também, que o ensino médio, muito mais do que um grau de ensino, seja um segmento da educação básica.

Podemos ponderar que a expansão do acesso às matrículas no Ensino Médio saltou de 40% para 75%, entre 2000 e 2023, em taxa líquida. Isso decorreu, em larga medida, da força das políticas públicas ancoradas no FUNDEB e nos programas de assistência estudantil (como o Bolsa Família, agora Auxílio Brasil,). Tais ações enfrentaram a crônica falta de vagas no ensino médio gratuito, que por anos foi um óbice para os avanços nessa etapa formativa dos jovens.

Nessa direção, a incorporação de grupos sociais até então excluídos da continuidade de estudos depois da educação obrigatória, o retorno dos que deixaram o sistema educacional e a chegada de maior número de jovens ao ensino médio, criam um quadro de explosão da demanda e de grande diferenciação do público presente na escola.

O cenário educacional brasileiro revela sua face mais crítica no processo de universalização do Ensino Médio, etapa que concentra as tensões mais agudas entre expansão do acesso e precarização da qualidade. Diferentemente do Ensino Fundamental, cuja universalização já foi em grande parte alcançada, ainda que com deficiências, o Ensino Médio tornou-se o palco principal dos dilemas educacionais contemporâneos. Isso ocorre porque seu público principal, formado por jovens entre 15 e 17 anos e adultos retornantes aos estudos, representa um segmento social com crescente consciência política e capacidade de mobilização.

Nessa perspectiva, três fatores fundamentais podem explicar por que o Ensino Médio se transformou no campo decisivo da batalha pela qualidade educacional, a saber: sujeitos políticos em

formação: os jovens do Ensino Médio, em processo de construção de identidade cidadã, demonstram maior capacidade de organização e pressão por direitos, como evidenciam as ocupações estudantis de 2016 contra a Reforma do Ensino Médio e os recentes movimentos por melhores condições de ensino; Ensino Médio como portal para o ensino superior, ou seja, essa etapa funciona como um funil seletivo que determina quem terá acesso às universidades públicas, assim, desigualdade na qualidade do Ensino Médio reproduz e amplia as assimetrias sociais no acesso ao ensino superior, perpetuando ciclos de exclusão; e, finalmente, o Ensino Médio se converteu num "laboratório" para testar reformas controversas (como a profissionalização compulsória na ditadura e a atual Reforma do Ensino Médio), tornando-o termômetro dos projetos de sociedade em disputa.

No geral, dados revelam que a taxa de matrícula líquida no Ensino Médio saltou de 40% em 2000 para 75% em 2023. Entretanto, os resultados qualitativos na aprendizagem permanecem alarmantes, pois apenas 9% dos estudantes atingem nível adequado em Matemática ao final dessa etapa de acordo com o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) em 2021. Essa contradição transforma as escolas de Ensino Médio em espaços de conflito latente, onde se enfrentam, de um lado, a demanda por educação emancipatória e, de outro, um projeto educacional que muitas vezes prioriza a formação para o mercado em detrimento do pensamento crítico.

Neste contexto, a luta pela qualidade no Ensino Médio transcende a esfera pedagógica, assumindo caráter profundamente político. Ela representa não apenas a batalha por melhores índices de aprendizagem, mas principalmente a disputa pelo tipo de sociedade que queremos construir — mais igualitária e democrática ou reprodutora de privilégios históricos. Como demonstram as mobilizações estudantis recentes, o Ensino Médio transformou-se na principal frente de resistência contra a mercantilização da educação e em favor de uma escola efetivamente transformadora.

DA QUANTIDADE À QUALIDADE SOCIAL: OS DILEMAS DA DEMOCRATIZAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

Os dados quantitativos apresentados revelam um sistema educacional brasileiro amplo e complexo em sua estrutura. Contudo, quando analisamos sua qualidade social, percebemos que grande parte da escola pública ainda não corresponde às expectativas daqueles que nela estudam e trabalham. Enquanto segmentos significativos da população conquistam acesso horizontal (ampliação de vagas) e vertical (progressão nos níveis de ensino), profissionais da educação, estudantes e movimentos sociais articulam-se para criar novas experiências socioeducacionais. Essas iniciativas comunitárias buscam estabelecer padrões de qualidade que atendam às demandas históricas reprimidas, demonstrando que, nos últimos anos, diversos grupos sociais têm mobilizado esforços em defesa da escola pública a partir de espaços não escolares.

Esse movimento paradoxal, que parte da educação não formal em direção à formal, explicita a necessidade urgente de promover a qualidade social para a educação. Tal qualidade não se reduz a meros indicadores técnico-pedagógicos baseados em competências alienantes, mas deve ser compreendida na perspectiva dos movimentos sociais, como um processo de adequação aos interesses da maioria da população, fundamentado em valores como solidariedade, cidadania, autonomia e justiça. Dessa forma, a inclusão social se concretiza quando todos se tornam capazes de questionar, problematizar e tomar decisões coletivas para enfrentar os problemas individuais e comunitários.

Nessa concepção, a qualidade social mantém uma relação dialética com a ampliação do acesso à educação, tendo como pressuposto básico o entendimento da educação como direito universal, sem restrições de nível ou modalidade. As reivindicações por qualidade e quantidade, gestadas no seio das forças sociais, evidenciam a necessidade de ampliar tanto as oportunidades quanto as condições educacionais. Como destacaram Anísio Teixeira, Paulo Freire e outros educadores já nas décadas de 1950 e 1960, a construção de um sistema educacional que conjugue qualidade e quantidade é fundamental para um processo efetivo de democratização escolar em todas as suas etapas.

Contudo, os detratores da chamada "massificação" da escola pública buscam, ideologicamente, associar a inserção das classes populares no sistema educacional como causa principal da suposta perda de qualidade. Essa narrativa conservadora defende a impossibilidade de conciliar quantidade e qualidade no ensino público, mantendo assim os privilégios históricos de grupos que sempre tiveram acesso à educação de elite. Em uma sociedade marcada pela divisão social do trabalho, que separa concepção e execução na formação educacional, o dilema quantidade-qualidade assume dimensões políticas e ideológicas profundas.

Esse debate remonta às origens da educação pública moderna. Se tomarmos como referência a experiência da República Francesa no século XVIII, veremos que as primeiras propostas de educação pública já carregavam as contradições típicas de processos revolucionários que buscavam superar a segregação entre classes sociais. Apesar do discurso emancipatório, o sistema educacional nunca conseguiu superar completamente seu caráter dual, que qualifica alguns enquanto desqualifica muitos.

No contexto brasileiro, esse dilema se revela com particular intensidade quando situamos nosso sistema educacional no processo de "modernização conservadora" que, segundo Saviani (1983) e Ghiraldelli Jr. (1991), aprofundou as desigualdades socioeconômicas durante o acelerado processo de urbanização e escolarização das últimas décadas. Como destacou Schwartzman (1980), essa modernização conservadora tem por característica a incorporação seletiva de elementos do capitalismo industrial sem alterar as estruturas básicas de poder, mantendo intactos os privilégios das elites.

O período militar (1964-1985) representou um marco nesse processo. Apesar da significativa expansão do acesso, com o número de universitários saltando para 800 por 100 mil habitantes e 70% das vagas no ensino secundário tornando-se gratuitas, a política educacional do regime tinha como objetivo principal conformar a população à ordem estabelecida e prepará-la para o mercado, não para a cidadania. A Lei 5.692/71, que instituiu a profissionalização compulsória no ensino médio, exemplifica essa abordagem: ao reduzir disciplinas fundamentais como Filosofia e Sociologia, empobreceu a formação geral da maioria dos estudantes, reservando uma educação mais completa apenas para as escolas particulares de elite.

Essa política revelava claramente seu duplo propósito: de um lado, "aliviar" a pressão por acesso ao ensino superior; de outro, formar mão de obra técnica barata para o mercado. Como observaram Buffa e Nosella (1991), a reforma universitária de 1968 também seguiu essa lógica, priorizando o controle do movimento estudantil sobre a real democratização do acesso.

O resultado foi um sistema educacional profundamente desigual: enquanto as camadas médias buscavam refúgio em instituições privadas preparatórias para o vestibular, a maioria da população permanecia em escolas públicas de qualidade questionável, incapazes de garantir o ingresso no ensino superior. Nas universidades públicas, a estagnação no número de vagas acentuou o caráter excludente dos vestibulares, como uma grade epistemológica, enquanto o setor privado expandia-se rapidamente, subordinando o direito à educação à lógica do mercado.

Essa análise histórica revela que o desafio atual não se limita a universalizar o acesso, mas sim a construir uma qualidade social que rompa com essa tradição excludente. Como demonstraram as experiências comunitárias e as lutas dos movimentos sociais, é possível conceber uma educação que combine quantidade e qualidade, desde que fundamentada em valores democráticos e emancipatórios. Essa é a verdadeira herança que educadores como Paulo Freire nos deixaram: a compreensão de que a educação só cumprirá seu papel social quando for, de fato, um direito de todos e um instrumento de transformação.

CONCLUSÃO

A reflexão proposta por Robert Kurz (2004) sobre o "potencial intelectual posto de lado" e a emergência de uma possível "inteligência subversiva" dialoga profundamente neste momento final do artigo. Até porque a expansão quantitativa da educação pública brasileira, impulsionada por políticas progressistas pós-1988, revela uma contradição estrutural: ao mesmo tempo que rompe com o disciplinamento tradicional (ao incluir massas historicamente excluídas), falha em oferecer uma formação crítica que realize plenamente esse potencial emancipatório.

Os programas sociais (FUNDEB, Bolsa Família, cotas) revelam que é possível combater a exclusão e reduzir a evasão, mas a qualidade precária, agravada por reformas como a Lei 5.692/71 e a de 2017, mantêm a escola pública como um espaço de "analfabetismo secundário", onde os

estudantes acessam o sistema, mas não dominam ferramentas intelectuais para transformá-lo. Nesse aspecto, como sugere Kurz, a crise instalada no âmago do sistema escolar pode gerar fissuras inesperadas: a juventude periférica, ao experienciar a escola como direito (mas não como libertação etérea), desenvolve formas de resistência que extrapolam os limites do projeto educacional vigente

A rigor, a expansão do acesso à educação pública brasileira, embora ainda insuficiente, foi significativamente impulsionada por políticas públicas estratégicas adotadas especialmente após a Constituição de 1988. Contudo, esse avanço quantitativo enfrenta obstáculos estruturais decorrentes de dois fatores principais: a persistente precarização da qualidade de ensino e o legado excludente de reformas conservadoras, como a Lei 5.692/71 da ditadura militar e a recente Reforma do Ensino Médio de 2017.

Os governos progressistas mostraram, entretanto, que é possível superar essa dicotomia entre quantidade e qualidade. Ao priorizarem a universalização com equidade por meio de investimentos em infraestrutura, formação docente e gestão democrática, comprovaram que acesso ampliado e educação de qualidade podem caminhar juntos. A pandemia de *covid-19*, no entanto, revelou com clareza as vulnerabilidades do sistema educacional, reforçando a urgência não apenas de manter, mas de ampliar essas políticas públicas para evitar retrocessos e consolidar os avanços conquistados.

Romper com a lógica da educação como mercadoria e consolidar um projeto educacional emancipatório é pauta social fundamental, pois a continuidade e o aprofundamento de políticas públicas inclusivas, articuladas a um projeto de sociedade que enfrente as desigualdades históricas é tarefa geracional de longa duração, considerando que a escola pública, conquista social inacabada, deve ser espaço de formação crítica, e não de reprodução de privilégios.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PINHEIRO, B. **Financiamento educacional em tempos de crise**. São Paulo: Cortez, 2022.

BERGER FILHO, R. L. **Democratização do ensino médio**: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar 2022**: resultados finais. Brasília: INEP, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) 2021**: resultados. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb. Acesso em: 10 fev. 2025.

BUFFA, E.; NOSELLA, P. **A educação negada**: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. A pandemia e a tragédia da educação brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. Educação e razão histórica. São Paulo: Cortez, 1991.

KURZ, R. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez, 1983.

SCHWARTZMAN, S. Bases do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

TEIXEIRA, A. Educação não é privilégio. Rio de Janeiro: UFRJ, 1957.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Relatório Anual 2022**: infraestrutura escolar no Brasil. São Paulo: Todos Pela Educação, 2022.

UNICEF. Impactos da pandemia na educação brasileira. Brasília: UNICEF Brasil, 2022.